

Comunicação (III)

Contas nacionais do Brasil, conceitos e metodologia* – Um comentário

WILSON SUZIGAN **

1 — Introdução

Desde o ano de 1967 vem o Centro de Contas Nacionais (IBRE/FGV) realizando louvável esforço no sentido de revisar e atualizar as Contas Nacionais do Brasil. Os primeiros resultados (quadros estatísticos) da revisão foram publicados em fins de 1971,¹ e os usuários das contas nacionais passaram então a aguardar, com expectativa, a divulgação da metodologia empregada. Esta foi finalmente publicada recentemente, sob o título em epígrafe.

O documento é apresentado em duas partes principais, uma conceitual e outra metodológica, nesta destacando-se as estimativas a preços correntes e as estimativas a preços constantes. É bom que se assinalasse desde logo, contudo, que a revisão é apenas parcial. Somente as estimativas a preços correntes foram reformuladas. Além disso, os dados da renda interna por unidades da federação só foram apresentados segundo setores (ramos) de atividades; as estimativas segundo a repartição funcional da renda não foram divulgadas.

O objetivo da presente comunicação é oferecer alguns comentários sobre esse documento. Deve ficar claro que não se trata de uma avaliação crítica do sistema de contas nacionais do Brasil.² Antes, na linha do que, sobre o assunto, foi ultimamente oferecido pelos tra-

* Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas (IBRE/CCN) — 1972.

** Do Instituto de Pesquisas do IPEA.

¹ Ver *Conjuntura Econômica*, vol. 25 — n.º 9 (set/1971), pp. 91-114.

² Para isso seria necessário dispor de informações mais completas e detalhadas que as ora apresentadas.

balhos de Bacha³ e Cavalcanti,⁴ discutem-se alguns pontos específicos. Mas não há intenção de criticar por criticar, nem tampouco oferecer soluções imaginosas. Cabe a nós, usuários das contas nacionais, encará-las com espírito crítico. E isso é o que se faz neste comentário.

Os itens seguintes obedecem, em linhas gerais, à mesma disposição do assunto na publicação do Centro de Contas Nacionais (CCN).

2 — O esquema conceitual e a metodologia

Embora a parte mais importante do trabalho seja a referente à metodologia propriamente dita das estimativas a preços correntes, o CCN justifica a apresentação de um esquema conceitual como sendo a estrutura teórica utilizada. Esse esquema, no entanto, é o estritamente convencional, percebendo-se incorreções na sua adaptação às características das contas nacionais do Brasil, pelo menos no que diz respeito às diversas formas de apresentação dos agregados. Assim é que, no diagrama de fluxos apresentado,⁵ apesar de o sistema adotado ser o de partidas dobradas, aparecem 13 fluxos de débito e 11 de crédito. A razão parece ser um fluxo não identificado, representando um pagamento do setor governo às unidades familiares. Uma vez que o único fluxo nesse sentido (pagamento de transferências) já aparece descontado no agregado impostos diretos (conceito líquido), o que deve ter ocorrido é uma inversão do fluxo que representa a participação do setor governo na apropriação da renda a custo de fatores (outras receitas correntes). Além disso, o agregado da renda líquida enviada ao exterior, que no caso da economia brasileira (como é comum às economias menos desenvolvidas) representa um pagamento líquido a fatores de produção pertencentes

³ Edmar L. Bacha, "Algumas Dificuldades de Interpretação dos Dados sobre a Indústria de Transformação nas Contas Nacionais", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 1, n.º 2 (dezembro de 1971), pp. 367-372.

⁴ Clóvis Cavalcanti, "Uma Avaliação das Estimativas da Renda e do Produto do Brasil", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 2, n.º 2 (dezembro de 1972), pp. 381-397.

⁵ *Contas Nacionais do Brasil — Conceitos e Metodologia*, *op. cit.*, Errata (Quadro I).

a não residentes, foi omitido. Essa é também a origem da confusão que se observa na apresentação do esquema conceitual na forma de relações contábeis.

A disposição dos agregados na forma de relações contábeis demonstra falhas de revisão. Assim, aparentemente, teriam sido utilizados agregados não definidos (Y_i , T , Y_p), e pelo menos um agregado definido (Y''_p) não teria sido utilizado. A correção dessas falhas elimina as dúvidas a que o leitor é levado na interpretação das equações derivadas (1) e (2). O problema mais sério, contudo, é o da confusão entre os conceitos de produto *interno* e produto *nacional*, nas relações contábeis (1), (2) e (5). Na primeira, iguala-se Y' (definido como Produto *Nacional* Bruto) ao total da procura de bens e serviços (que se constitui na Despesa *Interna* Bruta). Na segunda, o agregado Y (definido como Produto *Interno* Líquido a custo de fatores) é igualado ao total da despesa em consumo pessoal, impostos diretos (líquido dos pagamentos de transferência) e poupança líquida do setor privado. Isso, evidentemente, só seria válido (no caso da economia brasileira) na hipótese de a renda líquida enviada ao exterior ser nula. Mas nesse caso não haveria por que distinguir entre os conceitos de interno e nacional. Finalmente, na relação contábil (5), o total das exportações mais o saldo do balanço de pagamentos em conta corrente é igualado ao total das importações. Da mesma forma, isso seria válido desde que a renda líquida enviada ao exterior fosse igual a zero. Ou ainda, caso as importações de mercadorias e serviços fossem definidas como incluindo o saldo da renda líquida enviada ao exterior. Com isto ficaria resolvido também o problema da relação (1); mas seria então necessário redefinir Y como produto nacional a custo de fatores e Y'' (definido como Produto *Interno* Bruto) tornar-se-ia idêntico a Y' (definido como Produto *Nacional* Bruto), para que o sistema ficasse compatível.

O restante da parte conceitual resume-se na discussão do conceito de produção e suas óticas de cálculo e, talvez a seção mais importante, na apresentação do esquema teórico do sistema de contas nacionais do Brasil e conceituação dos respectivos agregados. Esta última é feita de forma minuciosa e completa, em contraste com a parte inicial, muito vacilante.

Duas observações merecem ser destacadas. A primeira refere-se às óticas de cálculo do produto. Por que razão o cálculo pela ótica da renda segundo repartição funcional, que parte dos rendimentos pagos a fatores de produção, chega ao Produto Nacional Bruto e não à Renda Nacional Bruta? ⁶ A segunda diz respeito aos agregados de consumo pessoal e poupança líquida do setor privado que, apesar das tentativas do CCN em estimá-los diretamente, continuam sendo obtidos de forma residual nas contas respectivas. Nessas condições, tornam-se repositórios de possíveis erros nas estimativas dos demais agregados. Por isso, parece pouco provável que a explicação do comportamento errático da relação consumo pessoal/renda pessoal disponível, em função das variações de estoques, seja completa. Na verdade, como se verá mais adiante, esse comportamento é também, em boa parte, explicado em função do método empregado na estimativa da formação bruta de capital fixo e seus resultados.

3 — Metodologia das contas nacionais do Brasil — características e implicações

3.1 — Estimativas a preços correntes

A metodologia empregada nas novas estimativas a preços correntes das contas nacionais do Brasil resume-se em estimativas de pontos de apoio (*benchmarks*) para os anos censitários, interpoladas e extrapoladas nos períodos inter e pós-censitários por meio de indicadores selecionados segundo o ramo de atividade, remuneração de fator de produção ou agregado específico. Esses indicadores constituem-se, na maior parte das vezes, de relações (coeficientes) determinados nos anos censitários, combinados com índices de evolução real inflacionados por índices de preços, índices de crescimento da população, e outros. Muito embora se deva reconhecer que esses artifícios de cálculo representam talvez o melhor (senão o único) caminho, é necessário aquilatar suas possíveis implicações sobre os resultados. Isso é o que se faz a seguir, principalmente quanto à determinação da renda interna segundo ramos de atividade.

⁶ Isso pode ser observado desde as primeiras metodologias divulgadas. Ver *Revista Brasileira de Economia*, vol. 16, n.º 1 (março de 1962), p. 10.

a) *Renda interna*

O agregado da renda interna (produto interno líquido a custo de fatores) é, certamente, o mais importante das contas nacionais. Seu método de cálculo, no caso do Brasil, é, de modo geral, aquele resumido acima, com algumas particularidades que devem ser destacadas.

Na verdade, o conceito de renda interna empregado é ambíguo. Por força da maior ou menor disponibilidade de informações e dos métodos empregados para improvisá-las, a nível nacional e estadual, introduzem-se distorções em vários sentidos. Primeiramente, o cálculo da renda interna é feito, como de conhecimento geral, por uma ótica mista. Reúne as estimativas feitas exclusivamente pelo ângulo do produto no setor agrícola (valor bruto da produção a nível de Estados), com estimativas feitas pelo ângulo do produto e da renda na indústria e comércio, e exclusivamente pelo ângulo da renda nos demais setores.

Em segundo lugar, utilizam-se, no caso de alguns agregados ou remuneração específica de fator de produção que compõe a renda interna, conceitos que variam ao longo do tempo. Por exemplo, na construção dos *benchmarks* (anos censitários de 1939, 1949 e 1959) observa-se que:

i) no setor industrial, o conceito de salário é variável: ⁷ em 1939 e 1949 não incluem as retiradas dos sócios e proprietários, as quais, no entanto, são incluídas em 1959; no ano de 1939 inclui as comissões e gratificações, para em 1949 e 1959 só abranger as comissões;

ii) no setor comércio, igualmente os salários abrangem categorias diferentes de remunerações: em 1939 incluem comissões e gratificações; em 1949, só comissões, e em 1959, compreendem também as retiradas dos empresários, que não são incluídas nos dois anos anteriores.

Em terceiro lugar, as estimativas para os anos inter e pós-censitários são excessivamente apoiadas em "coeficientes" (mormente ba-

⁷ Muito embora os dados segundo repartição funcional da renda não tenham sido apresentados, seus métodos de estimação são discutidos na metodologia.

seados no Censo de 1950), do que também não escapam mesmo as estimativas de alguns dos *benchmarks*. A esse respeito, as observações seguintes são ressaltadas para alguns setores.

1. *Indústria*. No caso do setor industrial, observa-se que, muito embora seja aceitável estimar salários através da relação número de pessoas empregadas sobre valor da transformação industrial nos censos e registros industriais, outros critérios adotados são menos aceitáveis. No próprio setor industrial, o salário médio anual, quando não disponível nos registros industriais, é estimado através do índice de produto real do setor, inflacionado pelo índice de custo de vida. Esse método apresenta dois problemas principais. Primeiro, não deixa margem a variações na produtividade.⁸ Segundo, sujeita a evolução do salário médio aos azares do índice de produto real da indústria,⁹ além de admitir que o salário acompanha o índice de custo de vida, o que não é necessariamente verdade. Mas é ainda no setor industrial onde se verificam problemas mais sérios.

Com efeito, o Censo Industrial de 1960 não apresentou dados sobre as indústrias de construção civil e serviços industriais de utilidade pública. Sua estimativa então, para todo o período 1950-1968, é baseada no Censo de 1950, cujos dados foram projetados por um índice de produto real dos setores respectivos, inflacionados respectivamente por um índice de preços de materiais de construção e de serviços industriais de utilidade pública da Guanabara. Embora representem talvez a única tentativa válida de estimação, isso não exime esses métodos das mesmas observações feitas no parágrafo anterior. Por outro lado, a estimativa dos rendimentos atribuídos a autônomos no setor industrial representa um progresso em relação à metodologia anterior. Enquanto esta mantinha fixo o número de autônomos observado pela diferença entre o número de pessoas empregadas no Censo Econômico e no Censo Demográfico de 1950, a metodologia da revisão determina o número de autônomos como

⁸ Entre 1949 e 1959, a produtividade por homem na indústria cresceu 5,8% (Ver A. Fishlow, "Origens e Conseqüências da Substituição de Importações no Brasil", *Estudos Econômicos*, vol. 2, n.º 6 (IPF/USP, 1972), p. 56.

⁹ *Vide* Bacha, *op. cit.*

um "coeficiente fixo, por Estado, da participação destes no total da população",¹⁰ projetando-o segundo o crescimento demográfico. Mas esse coeficiente é o do Censo de 1950. E a remuneração atribuída é a do Censo de 1960.

2. *Comércio*. No setor comércio, os próprios *benchmarks* são apoiados em coeficientes: o Censo de 1950 não apresentou dados sobre valor das compras e diferenças de estoques, o que determinou sua estimativa através dos dados dos Inquéritos Econômicos de 1955-1959. E para o ano de 1959, a metodologia simplesmente omite o método adotado. Esses dados foram, à semelhança do que foi feito para outros setores, interpolados e extrapolados por um "índice agregado dos valores adicionados da agricultura, indústria e importações".¹¹ O método em si parece razoável,¹² sendo suas principais limitações (diferentes comportamentos nas produtividades e preços relativos setoriais) apontadas pela própria metodologia. O que não se esclarece é como foi feito esse índice agregado. O leitor fica sem saber se se trata de um índice de valores a preços constantes (ou índices de *quantum*) ou a preços correntes. Sobretudo, é de se estranhar que, na composição do índice, esteja compreendido o *valor adicionado das importações*.¹³

3. *Intermediários financeiros*. No setor de intermediários financeiros, a revisão representou uma sensível melhora em relação aos dados antigos. Embora sejam inteiramente omitidos os métodos empregados na estimativa dos *benchmarks* de 1939 e 1949 (o Censo de 1960 não apresenta dados sobre intermediários financeiros), a metodologia empregada para as estimativas dos períodos inter e pós-censitários permite essa constatação. Particularmente, as novas estimativas de lucros e juros no setor parecem bem mais fidedignas. As primeiras, que antes eram obtidas com base no imposto de renda,

¹⁰ *Contas Nacionais do Brasil, op. cit.* p. 37.

¹¹ *Contas Nacionais do Brasil, op. cit.*, p. 39. O mesmo método foi empregado para interpolar e extrapolar a renda atribuída a autônomos no comércio.

¹² A menos de problemas nos índices setoriais (Ver E. Bacha, *op. cit.*)

¹³ Pelo menos é o que se entende pela redação da metodologia. Provavelmente, trata-se do valor adicionado da agricultura e indústria, mais as importações.

passaram a ser estimadas diretamente.¹⁴ E os juros passaram a ser calculados por imputação, como a diferença entre os juros pagos e os juros recebidos pelos intermediários financeiros. O problema no setor de intermediários financeiros é quanto à regionalização dos dados, como se verá mais adiante.

4. *Transportes e comunicações.* Diferentemente dos outros setores, no setor transportes e comunicações não foi possível o cálculo dos *benchmarks* nos anos censitários. Assim, a metodologia resume-se numa listagem de fontes e critérios específicos para estimação dos pagamentos a fatores de produção no setor, ao longo do período 1939/47-1966.¹⁵ É possível contudo notar que a estimativa da renda interna neste setor é a que mais abusa da utilização de coeficientes e relações baseadas sobretudo no Censo de 1950. Isso se verifica especialmente no cálculo da remuneração atribuída a autônomos e empregadores. Nessas duas categorias, o número de pessoas empregadas é estimado em relação à população no Censo de 1950, e projetado segundo o crescimento demográfico. O salário médio, por sua vez, é em geral obtido através do mesmo censo e de informações colhidas junto aos antigos institutos de previdência de classes, interpolado e extrapolado segundo o índice de custo de vida. Esse critério, portanto, além de manter constante para todo o período uma relação observada em 1950, ainda não deixaria margem a possíveis variações de produtividade no setor. A apreciação, contudo, da metodologia aplicada como um todo é prejudicada pela exigüidade das informações. Nem sempre se especifica como foi obtido o número de pessoas empregadas e o salário médio atribuído. E o método de cálculo dos lucros e juros do setor resume-se numa única frase, muito pouco elucidativa.

5. *Governo.* O cálculo da renda interna do setor governo é o que parece melhor conduzido. Não só é baseado numa fonte segura de informação (balanços da União, Estados e Municípios) como se

¹⁴ Essa importante modificação metodológica também foi aplicada no caso das estimativas de lucros nos setores indústria e comércio.

¹⁵ Repete quase integralmente a metodologia anterior; ver *Revista Brasileira de Economia*, vol. 16, n.º 1 (março de 1962), pp. 20-24.

ampara em diversas investigações diretas, realizadas nos últimos anos pelo Centro de Estudos Fiscais do IBRE/FGV,¹⁶ e mais recentemente com a colaboração do IPEA/INPES.¹⁷

6. *Aluguéis.* No cálculo da renda auferida na forma de aluguéis, manteve-se a metodologia anterior. Esta, além de abranger apenas o setor urbano, provavelmente subestima o rendimento de aluguéis em virtude do método adotado. Baseado na arrecadação do imposto predial combinado com a alíquota para efeito de tributação, sua subestimativa decorre do fato de o imposto ser lançado sobre o valor venal dos imóveis, o qual reflete não o valor de mercado, mas o seu custo histórico. O aluguel daí inferido traz implícito o grau de subestimativa do valor real do imóvel.

7. *Outros serviços.* No setor outros serviços, tal como no comércio, as próprias estimativas dos *benchmarks* apóiam-se em informações indiretas. Dado que os Censos de 1950 e 1960 não apresentaram detalhes sobre compras, despesas diversas etc., que permitissem o cálculo direto da renda gerada em 1949 e 1959, utilizou-se uma estimativa especial baseada no Censo de 1940. Porém, talvez seja mais importante destacar os critérios de cálculo dos rendimentos atribuídos às categorias de profissionais liberais, atividades domésticas remuneradas e membros de organizações religiosas. O número de pessoas ocupadas é, nas três categorias, o resultado da projeção segundo o crescimento demográfico a partir dos dados do Censo de 1950. A remuneração específica é arbitrada em um salário mínimo

¹⁶ Principalmente: 1. "Classificação Orçamentária Federal: Metodologia da sua Adaptação ao Esquema Conceitual das Contas Nacionais," vol. II da série I — *O Setor Público Federal na Economia Brasileira*, CEF — IBRE/FGV (1967); 2. "O Setor Público Federal Descentralizado", vol. IV da Série I — *O Setor Público Federal na Economia Brasileira*, CEF — IBRE/FGV (1967); 3. "Conta dos Governos Municipais: Metodologia da Obtenção dos Dados Básicos, 1965, 1966 e 1967, vol. I da Série III, *O Setor Público Municipal na Economia Brasileira*, CEF-IBRE/FGV, todos citados em *Contas Nacionais do Brasil-Conceitos e Metodologia*, *op. cit.*, pp. 44-45.

¹⁷ Vide Fernando A. Rezende da Silva, *Avaliação do Setor Público na Economia Brasileira*, IPEA/INPES (1972); e *Dimensão e Estrutura do Setor Público Estadual*, vol. I — *O Setor Público Estadual Consolidado, 1968/69* (publicação conjunta IPEA/FGV).

mensal no caso das duas últimas categorias, e determinada em cinco salários mínimos mensais no caso dos profissionais liberais, de acordo com a metodologia anterior. Embora seja possível que a nível nacional esses critérios não apresentem distorções substanciais, é fora de dúvida que a nível regional apresentam sérias distorções, como se verá a seguir.

Resta mencionar, portanto, quanto às estimativas da renda interna a preços correntes, o problema da regionalização dos dados. Em geral, isso é feito através da estrutura regional registrada nos censos. Mas há pelo menos três observações quanto a critérios que merecem ser melhor discutidos.

A primeira é quanto à produção animal. O método adotado para a regionalização consiste em tomar o número de cabeças abatidas, multiplicado pelo preço médio do efetivo do rebanho. Além da provável subestimativa indicada,¹⁸ há uma possível distorção da renda gerada entre Estados, que decorre do fato de que nem sempre o abate se dá nas regiões de cria e engorda. Seria talvez mais correto utilizar uma taxa de desfrute do rebanho, atribuindo-se assim a cada região (Estado) uma melhor aproximação da renda gerada pela produção animal.

A segunda diz respeito aos intermediários financeiros. A distribuição da renda gerada por unidades da Federação é feita segundo o número de pessoas ocupadas no setor. Embora seja reconhecido que esse método não é o ideal, porém o único, admite-se que não apresente distorções acentuadas,¹⁹ o que não parece ser o caso. Na verdade, esse método implica admitir *igual produtividade* por pessoa ocupada no setor em todo o País. Em conseqüência, certamente se superestima a renda gerada pelos intermediários financeiros em Estados menos desenvolvidos, em detrimento dos maiores centros financeiros, como o Estado da Guanabara.

Finalmente, no setor outros serviços, a regionalização da renda atribuída a profissionais liberais, domésticas remuneradas e membros de organizações religiosas pode conter incorreções por dois

¹⁸ Em virtude de o preço aplicado referir-se a "uma média que compreende animais de um dia até adultos" (Ver *Contas Nacionais...* *op. cit.*, pp. 33-34).

¹⁹ *Contas Nacionais...*, *op. cit.*, p. 42.

motivos principais. Primeiro, devido à remuneração mensal atribuída; é pouco provável que seja idêntica em todas as unidades da Federação.²⁰ E segundo, pelo método empregado para determinar o número de pessoas ocupadas nessas categorias (relação pessoas ocupadas/população, no Censo de 1950, projetadas pelo crescimento demográfico). Em alguns Estados, o número de pessoas ocupadas nessas categorias varia de forma muito diferente que em outros. No Estado da Guanabara, o número de profissionais liberais em 1959 era de 41.049, contra 13.530 em 1949, resultando num crescimento médio anual de 11,7%, muito superior ao do método adotado para projeção.

b) *Outros agregados*

Entre os métodos de estimativa dos demais agregados a preços correntes há poucas novidades. As tentativas de estimar diretamente a depreciação do capital fixo, o consumo pessoal e a poupança líquida do setor privado foram abandonadas. A primeira continua sendo determinada como uma taxa fixa (5%) do produto nacional líquido a preços de mercado, e os dois últimos continuam sendo obtidos como resíduo nas contas respectivas.

Talvez o único destaque deva ser dado ao método de cálculo da formação bruta de capital fixo. Em linhas gerais, é o mesmo adotado no caso da renda interna: estimativas de *benchmarks* para os anos censitários, interpolados e extrapolados por meio de indicadores de evolução real e índices de preços. Contudo, há indicações de que o resultado final é fortemente influenciado pelos índices de preços utilizados.

Segundo a metodologia apresentada, os índices de preços utilizados nas interpolações e extrapolações são respectivamente: o índice de preços por atacado, nas estimativas da produção nacional de equipamentos e construções urbanas, e índice geral de preços na cons-

²⁰ A metodologia não esclarece, mas a regionalização parece ter sido feita através, unicamente, do número de pessoas ocupadas nessas categorias segundo o Censo de 1950, projetado pelo crescimento demográfico.

trução rural.²¹ Porém, tomando-se o agregado da formação bruta de capital fixo a preços correntes e a preços constantes,²² resulta um índice de preços implícito que, para só falar nos anos mais recentes, em alguns anos (1961, 1962, 1963 e 1968) fica bem *acima* daqueles dois índices mencionados, e em outros (1964-1967) fica bastante abaixo.²³ É provavelmente por isso que a formação bruta de capital fixo, como percentagem do total da procura de bens e serviços, manteve-se em 1962-64 (anos de crise e estagnação econômica) aos níveis de 1959-61, caindo depois substancialmente em 1965-67.

Parece que é no caso das estimativas de investimentos em construções onde se verificam as maiores distorções e, mais especificamente, quanto às construções rurais. De fato, a participação das construções rurais no total do investimento em construções que, em média, no período 1947-1958, não passou de 12%, alcançou cerca de 25%, em 1959-1966, chegando a representar 34% em 1964, ano em que chegou ao auge o processo inflacionário. Posteriormente, em 1967-1969, quando os preços passaram a crescer mais moderadamente, essa participação voltou a cair para menos de 16%. Parece nítida, portanto, a influência dos preços nas estimativas a preços correntes do investimento em construções rurais, cuja evolução real é projetada segundo o crescimento da população rural.

²¹ Os indicadores de evolução real utilizados foram respectivamente: consumo aparente de produtos siderúrgicos; consumo aparente de materiais de construção, e crescimento da população rural. Observe-se ainda que as estimativas dos *benchmarks* para construções urbanas basearam-se no coeficiente matérias-primas/valor da produção na indústria de construção civil para o ano de 1949 (Censo de 1950), e para construções rurais nos dados dos Censos de 1940 e 1950. Nestas condições, quanto às construções urbanas vincularam-se as estimativas de todo o período posterior a 1949 às especificações técnicas da função de produção da indústria de construção civil em 1949.

²² Ver "Relações Características da Economia Brasileira", *Conjuntura Econômica*, vol. 26 (dezembro de 1972), pp. 23-24.

²³ É pouco provável que o comportamento dos preços da importação líquida de bens de capital (que ficou de fora nas considerações acima) tenha tido influência capaz de justificar os índices de preços implícitos observados. O seu peso no total da formação bruta de capital fixo, até 1966, não chegava a 10%.

3.2 — Estimativas a preços constantes

Como já foi assinalado, as estimativas a preços constantes das contas nacionais não foram objeto de revisão. A oportunidade de tal revisão, contudo, já foi suficientemente demonstrada.²⁴

O método utilizado consiste na elaboração de índices de *quantum*, critério de Laspeyres, com base móvel. As desvantagens desses métodos em confronto com um índice de base fixa (critério Laspeyres) já foram apontadas.²⁵ E uma aplicação prática do índice de base fixa ao produto real da indústria é apresentada nesta revista.²⁶

Há, contudo, alguns reparos a fazer quanto à estimativa da despesa nacional bruta a preços constantes. Primeiramente, com relação à identidade (1) apresentada (*Contas Nacionais . . .*, p. 73) há dois erros conceituais: ²⁷ primeiro, iguala-se a renda nacional real bruta a *custo de fatores* ao total da despesa em consumo *mais* investimento *mais* exportações *menos* importações que, ordinariamente, constituem-se no agregado da despesa *interna* bruta a *preços de mercado*. Há, portanto, dois equívocos: a confusão entre os conceitos a custo de fatores e a preço de mercado, e a omissão quanto ao saldo da renda líquida enviada ou recebida do exterior.²⁸ Em segundo lugar, se se trata, de um lado, da renda nacional real bruta tal como definida no item 1.2.3.5 da metodologia (*Contas Nacionais . . .* p. 75), então, do outro lado da identidade (isto é, na despesa nacional bruta), o agregado das exportações de mercadorias e

²⁴ Ver Edmar Bacha, *op. cit.*

²⁵ Ver Albert Fishlow e Vinícius Fonseca, "Bases Estatísticas para o Planejamento Geral", *Revista de Finanças Públicas*, ano XXVIII, n.º 274 (agosto de 1968), pp. 10-19.

²⁶ Ver Regis Bonelli, "Produção Industrial — Sugestão Metodológica para a Elaboração de Índices e Aplicações", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 3, número 2.

²⁷ Felizmente esses erros não são observados na tabela respectiva das contas nacionais; Ver "Contas Nacionais do Brasil — Atualização", *Conjuntura Econômica*, vol. 25 — n.º 9, quadro 14 (setembro de 1971). Isso torna ainda mais injustificáveis os erros na apresentação da metodologia.

²⁸ Esta última poderia ter sido evitada se *M* (importações de mercadorias e serviços) tivesse sido corretamente definido como incluindo o saldo da renda líquida enviada ao exterior, caso específico da economia brasileira.

serviços deve ser substituído pelo da capacidade de importar (isto é, poder aquisitivo das exportações) para que essa identidade se verifique.

Da mesma forma, na identidade (2) a confusão é conceitual. Igualase a renda nacional a custo de fatores à renda nacional a preços de mercado *mais impostos indiretos*.

Por último, na determinação do consumo pessoal a preços constantes de forma residual, o agregado das importações de mercadorias e serviços (que deve incluir o saldo da renda líquida enviada para o exterior, apesar de não definido como tal) aparece com sinal trocado. Em conseqüência, se o consumo pessoal tivesse sido realmente determinado dessa maneira, apareceria diminuído do total de importações *mais* capacidade de importar, ao invés de apenas deduzido (ou acrescido) da diferença entre esses dois agregados (ou seja, do saldo do balanço de pagamentos em conta corrente).

4 — Conclusões

A nova metodologia das contas nacionais do Brasil divulgada pelo CCN acrescenta muito pouco em relação às anteriores. A revisão foi muito mais uma revisão de cifras do que de métodos. Apesar das tentativas de estimar diretamente, os agregados do consumo pessoal e da poupança líquida do setor privado continuam sendo determinados de forma residual nas contas respectivas, e a depreciação do capital fixo arbitrada como uma percentagem do produto nacional líquido a preço de mercado. E a própria renda interna é estimada por uma ótica mista segundo os diversos setores.

Por outro lado, o nível de detalhamento apresentado quanto aos métodos utilizados ainda é insuficiente. Muitas vezes, a explicação é por demais sucinta,²⁹ e outras vezes parcial.³⁰ Sobretudo, há uma inexplicável incoerência, na metodologia, entre a apresentação do

²⁹ Como, por exemplo, na estimativa dos *benchmarks* do setor intermediários financeiros (*Contas Nacionais ...*, p. 40), e na estimativa dos lucros e juros do setor transportes e comunicações (*Contas Nacionais ...*, p. 44).

³⁰ É freqüente a utilização de expressões como: "ajustou-se", "testou-se", e outras, sem maiores esclarecimentos.

esquema conceitual utilizado (tanto nas estimativas a preços correntes quanto a preços constantes) e as estimativas propriamente ditas. Felizmente, estas são bem mais cuidadosas que aquelas.

Fundamental a concluir, no entanto, é quanto à possibilidade de se determinar o grau de super ou subestimativa das contas nacionais. Isso é uma tarefa difícil. Não há condições de se afirmar com segurança sem incorrer em algum grau de arbitrariedade. Contudo, é provável que a nível nacional (e setorial) as diferenças se compensem. Mas é óbvio que isso não é bom. Para citar um só exemplo, verificou-se que há uma provável superestimativa no agregado da formação bruta de capital fixo em dado período (principalmente 1961-1964). Com isso, o consumo pessoal (que é determinado de forma residual na conta de produção) passa a refletir essa distorção, sendo subestimado no mesmo período. E quando, em contrapartida, é jogado para a conta de apropriação da renda, sua subestimativa implica, por sua vez, numa superestimativa correspondente da poupança líquida do setor privado,³¹ que ali é, também, determinada de forma residual.

Mas é, ao que tudo indica, a nível regional que os dados das contas nacionais parecem mais fracos. A regionalização dos dados é freqüentemente apoiada exclusivamente na estrutura dos censos (e muitas vezes *num único censo*), além de utilizar critérios que levam a superestimativas em alguns Estados e correspondentes subestimativas em outros (principalmente, como se viu, na agricultura, intermediários financeiros, e outros serviços).

Deve-se ressaltar, porém, que um dos maiores impedimentos ao aperfeiçoamento do sistema de contas nacionais do Brasil é a falta de planejamento das estatísticas primárias, visando a preencher as necessidades para a elaboração das estatísticas secundárias (contas nacionais e outras). A principal razão para isso repousa no fato de, no Brasil, as instituições que produzem as estatísticas primárias não

³¹ Tudo isso é confirmado pelo comportamento das relações consumo pessoal/renda disponível do setor privado e poupança líquida do setor privado/renda disponível do setor privado (em "Relações Características da Economia Brasileira", *Conjuntura Econômica*, *op. cit.*, p. 25). Nota-se que é exatamente no período 1961-64 que a primeira atinge seu mais baixo nível em todo o período 1947-1969, o que corresponde exatamente ao mais alto nível alcançado pela segunda em todo o período mencionado. A coincidência *não* é mero acaso.

serem as mesmas que elaboram as estatísticas secundárias, prática corrente em muitos países. Daí adotarem-se, nos censos econômicos, conceitos que, para serem utilizados nas contas nacionais, precisam ser adaptados (exemplo: valor da transformação industrial e valor adicionado), ou produzirem-se estatísticas (como as de produção industrial, do IBGE/DEICOM) que não podem ser diretamente utilizadas pelas contas nacionais em virtude de incertezas quanto a variações na amostragem.

Por fim, vale lembrar que o dogmatismo jamais se justifica; mas, no caso das contas nacionais do Brasil, evitá-lo é acima de tudo uma atitude de prudência.